



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA**ATA DA 53.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1995**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e César Seleme.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Eano Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Acur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achantando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:**Ofícios:****O F Í C I O S**

Do Senhor Hirotoshi Taminato, Diretor-Superintendente do Controle de Erosão e Saneamento Ambiental, em resposta ao Pedido de Informações do Deputado José Tavares, que pede esclarecimentos sobre "Destino do lixo agrotóxico depositado em Tamarana, Município de Londrina." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 395/95, do Senhor Alexandre Fontana Beltrão, Secretário de Estado da

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao Pedido de Informação do Deputado Florisvaldo Fier, comunica que, as mesmas, foram solicitadas junto a Reitoria da Universidade. Portanto, o processo está sendo enviado à UNIOESTE para que proceda as informações pertinentes. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 289/95, do Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Cultura, em resposta ao Pedido de Informação solicitado pelo Deputado Angelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "O processo de desmonte do periódico cultural "Nicolau"." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 874/95, do Senhor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a prorrogação do prazo, por mais 30 (trinta) dias, para atender Pedido de Informação requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Compras efetuadas pelo Hospital São Roque." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 1424/SEPH/DTE, do Senhor Rafael Dely, Secretário Especial da Política Habitacional, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "Programa "Casa da Família"." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 0236/95, do Senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao Pedido de Informação solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, o mesmo comunica que processou a remessa da mencionada solicitação à Casa Civil, em vista de que, de conformidade com a Lei nº 11.066, Art. 10, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, teve sua vinculação transferida daquela Secretaria para a Governadoria. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 0573/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informação solicitado pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Obras do Canal Extravisor e paralelo ao Rio Iguaçu." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 640/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informação solicitado pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "A desativação da telefonia

celular do "Projeto POVO". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 650/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informação solicitado pelo Deputado Joel Coimbra, que pede esclarecimentos sobre "Número de Policiais efetivo da Polícia Militar." Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 199/95, do Senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Joel Coimbra, que pede esclarecimentos sobre "Estudos para contratar serviços de vigilância por empresas particulares." Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 858/95, do Senhor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Verbas devolvidas ao Ministério da Saúde." Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 857/95, do Senhor Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao Pedido de Informação requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "Ordens de Recebimento." Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO N° 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Coordenador do Bloco Parlamentar Municipalista, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja autorizado por esta Presidência, que o Prefeito Luiz do Amaral, Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná - AMP, faça uso da palavra no Pequeno

ou no Grande Expediente, da Sessão Plenária do dia 20 (terça-feira), do corrente mês, para que possa fazer uma explanação da atual situação dos Municípios do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1658

Senhor Presidente.

O adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, vem REQUERER a aplicação do § 2°, do artigo 135 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, em relação aos Pedidos de Informações formulados ao Governador do Estado; ao Secretário de Estado dos Transportes; ao Secretário de Estado da Segurança Pública; à Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador do Estado; à Secretaria de Estado da Administração; à Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia; ao Secretário de Estado da Saúde e Secretaria de Estado do Governo, conforme relação anexa.

Segundo V. Exa. pode verificar pelas cópias inclusas, os Pedidos de Informações aludidos não foram respondidos no prazo legal e constitucional, ou seja, em trinta dias. Assim, pelo próprio respeito ao Legislativo, que no seu papel fiscalizador solicitou informações ao Executivo e por este não foi atendido, cumpre a V. Exa., como representante desta Casa de Leis, aplicar a norma em vigor, com a correspondente sanção.

A atitude do Governador e dos Secretários de Estado afronta o Estado de Direito Democrático e o Legislativo, cujo poder está sendo maculado pelo descaso e desrespeito, configurando-se, dessa forma, verdadeiro cerceamento do trabalho dos integrantes deste Poder.

Além da falta das respostas, cabe destacar que alguns expedientes sequer foram expedidos pela Assembléia, apesar de aprovados em Plenário, demora esta que também prejudica a elucidação de questões de relevância para a população paranaense.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado. Deputado com assento nesta Casa, requer à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando ao mesmo as seguintes informações sobre os servidores do Quadro Geral do Estado que prestam serviços na Secretaria de Estado da Segurança Pública:

1 - Se há previsão para o pagamento do TIDE aos referidos servidores posto que os

mesmos executam serviços de identificação, auxiliares administrativos e radiocomunicadores para a polícia e as diferenças salariais entre servidores que trabalham juntos e desenvolvem as mesmas atividades vêm provocando descontentamento.

2 - Se existe possibilidade de reequilibrar esses servidores para o Quadro da Polícia Civil, em razão dos fatos relatados:

3 - Se há previsão de prazo para que as disfunções sejam corrigidas tendo em vista a inconstitucionalidade desse tipo de distinção.

Como exemplo, passamos a relacionar os nomes de funcionários da Oitava Subdivisão Policial de Paranavaí cujos problemas funcionais devem ser solucionados:

I - Maria Goretti Fernandes Gobor

RG 3.686.004-9

Função atual - Identificadora

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo.

II - Aparecido Wilson Marcelmo

RG 3.454.589-8

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo.

III - Nilva Eliete Ferreira Romagna

RG 3.693.734-3

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo.

IV - Abercio Luiz Secorun

RG 1.608.844

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo.

V - Belino Longli

RG 664.476-7

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Contínuo

VI - Luiz Antonio Gasperin

RG -3.373.826-9

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo

VII - Geraldo Garcia

RG 960.098-1

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo

VIII - José de Oliveira

RG 1.351.398-8

Função atual - Identificador

Cargo registrado no contra-cheque - Auxiliar Administrativo

IX - Anézio Aparecido

RG 1.136.986

Cargo: Auxiliar Administrativo

X - Delisia Miranda de Souza Brambila

RG 3.641.706

Função Radiocomunicadora

XI - Aldarice Alves de Araújo Borges

RG - 1.501.685

Função Radiocomunicadora

Sala das Sessões, em 23.05.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Atendidas as disposições regimentais, o adiante nominado. Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Governo, Giovani Gionedis, solicitando ao mesmo que informe a Assembléia sobre a possibilidade do Governo do Estado atender a reivindicação da Prefeitura Municipal de Rebouças no que se refere a doação de um trator de esteira, uma motoniveladora, uma pá carregadeira, uma retroescavadeira, cinco caminhões basculantes, um rolo compactador vibratório e um britador de pedras com motor e acessórios, objetivando a recuperação da patrulha mecanizada daquele município, diminuindo dessa forma os problemas decorrentes da má conservação das estradas rurais permitindo o escoamento da produção mesmo em dias chuvosos, além de controlar os problemas de erosão.

O Município de Rebouças vive uma situação econômica delicada. O que, consequentemente afeta as áreas social e de infra-estrutura geral. O transporte no meio rural está em situação crítica, sobretudo em dias de chuva. Nessas ocasiões o transporte de escolares é simplesmente interrompido e os trabalhos no transporte de produtos agropecuários ficam prejudicados.

O parque de máquinas daquela cidade está velho, insuficiente e inoperante, sem condições de reparos, sendo que não há a curto prazo, perspectivas de alteração desse quadro.

Segue apenso o projeto elaborado pela Prefeitura do Município de Rebouças, demonstrando as bases da referida solicitação.

Sala das Sessões, em 23.05.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nos termos do que preserva o Regimento Interno, o adiante nominado. Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa sejam expedidas correspondências aos Secretários de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e da Saúde, respectivamente.

Alexandre Fontana e Armando Martinho Bardou Raggio, solicitando aos mesmos que informem sobre a possibilidade da urgente instalação de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Pronto Socorro do Hospital Universitário de Maringá conforme reivindicação daquela comunidade.

Solicita-se outrossim, seja informado se existe previsão de prazo para a conservação dessa medida.

Trata-se de benefício de fundamental importância para atender aos moradores de Maringá e região, sobretudo aos mais carentes que se encontram em situação de emergência.

Sala das Sessões, em 23.05.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando ao mesmo que informe sobre a viabilidade de destinar o prédio existente na esquina das Avenidas Paraná com Guaíra, no Município de Maringá, para abrigar o 1º Distrito, a Delegacia da Mulher, a Delegacia de Trânsito, a Delegacia do Menor, bem como o local para a confecção de Cédulas de Identidade, conforme reivindicação da população maringaense formalizada em correspondência da Câmara Municipal, por iniciativa do Vereador Valdir Pignata.

Trata-se de local privilegiado dentro da malha viária da cidade de Maringá, posto que localizado na região central do perímetro urbano, facilita, e muito o acesso dos cidadãos.

Sala das Sessões, em 22.05.95

(a) EMERSON NERONE

OFÍCIO Nº DA/CEA/SC/446/95

Curitiba, 16.04.95

Senhor Presidente.

Cumpra a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, inclusa cópia do expediente encaminhando a seu(s) destinatário(s), em atenção ao solicitado pelo Nobre Deputado em Sessão Plenária desta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor

Emerson Nerone

Digníssimo Deputado Estadual

NESTE EDIFÍCIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, requer à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe à Assembléia Legislativa do Estado se existe previsão, no Orçamento, para a construção do trevo de acesso a Maringá, no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (contorno Sul), na estrada dos conjuntos Habitacionais Cidade Alta I e II.

Caso a resposta seja afirmativa, pede-se seja informado se existe previsão para o início e conclusão da sobredita obra.

Trata-se de reivindicação da comunidade maringaense, posto que é intenso o fluxo de veículos de alta tonelagem naquela região e a malha viária estadual deve ser melhor organizada a fim de se evitar os constantes acidentes acontecidos na localidade. O trevo em questão é fundamental e espera-se contar com a especial deferência do Governo Estadual para a consecução dessa obra dentro do menor espaço de tempo possível.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.03.95

(a) EMERSON NERONE

OFÍCIO Nº 688/95/DA/CEA/SC

Curitiba, 10 de abril de 1995.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do Requerimento aprovado em Sessão Plenária de 27 do mês próximo passado, de autoria do Deputado Emerson Nerone.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

JAIME LERNER

Digníssimo Governador do Estado

NESTA CAPITAL

OFÍCIO Nº DA/CEA/SC/226/95

Curitiba, 15 de março de 1995.

Senhor Deputado:

Cumpra a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, inclusa cópia do expediente encaminhando a seu(s) destinatário(s), em atenção ao solicitado pelo Nobre Deputado em Sessão Plenária desta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Primeiro Secretário

Excelentíssimo Senhor

EMERSON JOSE NERONE
Digníssimo Deputado Estadual
NESTE EDIFÍCIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Jaime Lerner, solicitando que o mesmo informe qual o montante de recursos do Orçamento do Estado, no ano de 1994, que foram repassados para o Município de Sarandi, especificando os valores, as datas de repasse e as áreas de utilização dos recursos.

Cabe destacar que as referidas informações destinam-se a esclarecimento público, conforme reivindicações de munícipes da sobredita cidade.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.03.95

(a) EMERSON NERONE.

OFÍCIO N° 305/95/DA/CEA/SC

Curitiba, 15 de março de 1995.

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do Requerimento aprovado em Sessão Plenária de 07 do mês em curso, de autoria do Deputado Emerson Nerone.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

Excelentíssimo Senhor

JAIME LERNER

Digníssimo Governador do Estado

NESTA/CAPITAL

OFÍCIO N° DA/CEA/SC/327/95

Curitiba, 23 de março de 1.995.

Senhor Deputado.

Cumpra a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, inclusa cópia do expediente encaminhado a seu (s) destinatário (s), em atenção ao solicitado pelo Nobre Deputado em Sessão Plenária desta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Excelentíssimo Senhor

EMERSON NERONE

Digníssimo Deputado Estadual

NESTE EDIFÍCIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, JAIME LER-

NER, solicitando ao mesmo que INFORME a esta Casa se há previsão no Orçamento de 1995 para a execução da pavimentação asfáltica da ligação das seguintes localidades: Aquidabã/Itambê/Cambuí/São Luiz/Via Vale Azul/Maringá, conforme reivindicação do Prefeito Municipal de Marialva, Senhor Onésio Aparecido Bassan.

Cabe destacar que essa reivindicação foi formulada, primeiramente, em fevereiro de 1994, constante do Ofício n° 10/94 endereçado ao então Governador Mário Pereira pela Associação dos Municípios do Setentrional Paranaense. Dessa forma, a presente INFORMAÇÃO pretende oferecer uma resposta para os munícipes daquela região, posto que cobram providências da Administração Pública.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 13.03.95.

(a) EMERSON NERONE

sbc./

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, arquiteto JAIME LERNER, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa se há previsão no Orçamento de 1995 para a execução da pavimentação asfáltica da ligação das seguintes localidades: Aquidabã/Itambê/Cambuí/São Luiz/Via Vale Azul/Maringá, conforme reivindicação do Prefeito Municipal de Marialva, Senhor Onésimo Aparecido Bassan.

Cabe destacar que essa reivindicação foi formulada, primeiramente, em fevereiro de 1994, constante do Ofício n° 10/94 endereçado ao então Governador Mário Pereira pela Associação dos Municípios do Setentrional Paranaense. Dessa forma, a presente informação pretende oferecer uma resposta para os munícipes daquela região, posto que cobram providências da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 13.03.95.

(a) EMERSON NERONE

OFÍCIO N° DA/CEA/SC/...

Curitiba, 20 de abril de 1995.

Senhor Deputado.

Em atenção ao solicitado pelo Nobre Deputado, cumpre a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, cópia autêntica do expediente encaminhado a esta Casa, pelo (a) Senhor (a).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Excelentíssimo Senhor

EMERSON NERONE

Digníssimo Deputado Estadual

NESTE EDIFÍCIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Consoante o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Senhor Gerson Guelman, da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador do Estado, solicitando ao mesmo que informe a Assembléia Legislativa qual o valor pago pelo Governo do Estado para contratação, sem licitação, da Empresa Hannover Fairs do Brasil S/C LTDA, para a organização e administração da participação oficial brasileira na Feira Industrial de Hannover/95 na Alemanha, no período de 03 a 08.04.95.

Requer-se, outrossim, seja remetido a esta Casa o contrato firmado com a sobre dita empresa, especificando as funções que serão exercidas pela contratada.

Cabe destacar que mencionadas informações se destinam a esclarecimento público. Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 29.03.95.

(a) EMERSON NERONE

OFÍCIO N° 886/95/DA/CEA/SC

Curitiba, 20 de abril de 1995.

Senhor Secretário.

Atendendo solicitação do Deputado Emerson Nerone, encaminho a Vossa Excelência, cópia do Requerimento aprovado em Sessão Plenária de 05 do mês em curso.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Excelentíssimo Senhor

GERSON GUELMANN

Digníssimo Secretário - Chefe de Gabinete do Governador
N/C

OFÍCIO N° DA/CEA/SC/ ...

Curitiba, de de 1995.

Senhor Deputado:

Em atenção ao solicitado pelo Nobre Deputado, cumpre a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, cópia autêntica do expediente encaminhado a esta Casa, pelo (a) Senhor (a).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Primeiro Secretário

Excelentíssimo Senhor

EMERSON NERONE

Digníssimo Deputado Estadual

NESTE EDIFÍCIO

OFÍCIO N° 497/95/DA/CEA/SC

Curitiba, 20 de março de 1995.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, nos termos do Requerimento em

anexo, de autoria do Deputado Emerson Nerone, aprovado em Sessão Plenária de 16 do mês em curso, solicitar se digne a prestar a esta Assembléia Legislativa as informações requeridas, baseando-se na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo único do art. 55: "importará crime de responsabilidade do Secretário a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Primeiro Secretário

Excelentíssimo Senhor

CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

Digníssimo Secretário de

Estado da Segurança Pública

NESTA CAPITAL

Observadas as disposições regimentais e o que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o Deputado adiante nominado, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Candido Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe os motivos que têm levado aquela Secretaria a renovar o alvará de fornecimento da empresa de vigilância de propriedade das Indústrias João José Zattar, com sede na cidade de Pinhão, sendo que os integrantes dessa guarda andam constantemente armados, intimidando a população da cidade.

No ano de 1991, uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, integrada pelos Deputados Ovídio Constantino, Emília Belinati e Mário Bezerra, tirou uma das conclusões do respectivo trabalho de investigação - a necessidade de desarmamento da guarda da Indústrias Zattar na Comarca de Pinhão.

Inclusive, em janeiro de 1995, foi concedida liminar em processo judicial determinado o desarmamento da citada guarda, posto que esta funciona como uma verdadeira milícia.

A rigor, a renovação do alvará de funcionamento da guarda em questão jamais deveria ter sido concedida, porque seria uma forma do Estado atuar para a solução dos conflitos fundiários registrados na Comarca de Pinhão, onde a violência chegou a níveis intoleráveis.

Dessa forma, a população cobra uma postura mais enérgica do Governo do Estado, posto que vidas preciosas estão sendo ceifadas nessa luta há vários anos, demonstrando que o poderio econômico está acima dos direitos fundamentais do ser humano como a própria vida.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.03.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais e o que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o Deputado adiante nominado requer à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando ao mesmo que informe os motivos que têm levado aquela Secretaria a renovar o alvará de funcionamento da empresa de vigilância de propriedade das Indústrias João José Zattar, com sede na cidade de Pinhão, sendo que os integrantes dessa guarda andam constantemente armados, intimidando a população da cidade.

No ano de 1991 uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa, integrada pelos Deputados Ovídio Constantino, Emilia Belinatti e Mário Bezerra, tirou como uma das conclusões do respectivo trabalho de investigação a necessidade de desarmamento da guarda das Indústrias Zattar, na Comarca de Pinhão. Inclusive, em janeiro de 1995, foi concedida liminar em processo judicial determinando o desarmamento da citada guarda, posto que esta funciona como uma verdadeira milícia.

A rigor, a renovação do alvará de funcionamento da guarda em questão jamais deveria ter sido concedida, porque seria uma forma do Estado atuar para a solução dos conflitos fundiários registrados na Comarca de Pinhão, onde a violência chegou a níveis intoleráveis. Dessa forma, a população cobra uma postura mais enérgica do Governo do Estado, posto que vidas preciosas estão sendo ceifadas nessa luta há vários anos, demonstrando que o poderio econômico está acima dos direitos fundamentais do ser humano como a própria vida.

Sala das Sessões, em 08.03.95.

(a) EMERSON NERONE

Senhor Secretário:

Atendendo solicitação do Deputado Emerson Nerone, encaminho a V.Exa., cópia do requerimento aprovado em Sessão Plenária de 02 do mês em curso.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Excelentíssimo Senhor

DENI SCHWARTZ

Digníssimo Secretário de

Estado dos Transportes

NESTA CAPITAL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o Deputado adiante nominado, com assento nesta Casa, requer à Mesa seja oficiado à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando que aquele órgão informe sobre a existência de recursos objetivando a reforma do trevo no entroncamento da BR-376 e PR-317, na saída para Paranavaí, em Maringá.

Caso a resposta seja afirmativa, solicita-se que informe, também, se há prazo determinado para o início e conclusão das obras.

Trata-se de obra que vem sendo reclamada pela região de Maringá desde longa data, tendo em vista que no mencionado trevo o trânsito de veículos é perigoso, pois absorve significativo fluxo de veículos, e isso implica no sentido de que ocorram aproximadamente cinco acidentes por dia naquele local. Assim, somente com a reforma do traçado daquele trecho é que o problema estará totalmente resolvido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.04.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTOS

Curitiba, quarta, em 14.06.95

Pág. 09

DESTINATARIO	ASSUNTO	APROV.	SAÍDA	RESPOSTA
01) SEC. DA ADMINISTRAÇÃO	QUADRO DE SERVID. SECR. SEGURANÇA (P. CIVIL)	30/05/95		
02) SECR DE SEGURANÇA	SUBSTITUIR DELEGADO DE PINHAO	18/05/95		
03) SECR DE ESTADO DO GOVERNO	DOAÇÃO DE MAQ A PREFEITURA DE REBOUÇAS	30/05/95		
04) SECR ENSINO SUP CIEN T SAÚDE	UTI P/ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	30/05/95		
05) SECR DE SEGURANÇA PÚBLICA	PRÉDIO P/ DELEGACIA DA MULHER, DO TRÂNSITO...	22/05/95		
06) IBAMA	Nº E VALOR AUTUAÇÕES MAD ZATTAR (DE 91 A 94)	15/03/95	23/03	
07) GOVERNADOR	ORÇAMENTO TREVO MARINGÁ (CONTORNO SUL)	22/03/95	10/04	
08) GOVERNADOR	ORÇAMENTO DE 94 P/ SARANDI	07/03/95	15/03	
09) GOVERNADOR	ORÇAMENTO P/ ASFALTO: AQUIDABÁ/ITAMBÉ/CAMBUI	15/03/95	23/03	
10) SECR DE SEGURANÇA PÚBLICA	PROVIDÊNCIA DESARMAR GUARÁ PATRIMONIAL	04/04/95	20/04	
11) SECR DA CHEFIA DE GABINETE	CONTRTAÇÃO S/ LICITAÇÃO EMPR HANNOVER FAIRS	04/04/95	20/04	
12) SECR DE SEGURANÇA PÚBLICA	PORQUE RENOVARAM ALVARÁ GUARÁ PATRIMONIAL	15/03/95	20/04	
13) MINISTRO DA PREVIDÊNCIA	LRA - ASSINADO POR VÁRIOS DEPUTADOS	03/05/95	03/05	
14) EMPRESÁRIOS	MOÇÃO DE APOIO A TRAB PORTOS AA.VV	21/03/95	11/05	
15) FUNDEPAR	LIBERAR MATERIAL LABORAT COL-UNIDADE POLO MGA	24/04/95	10/05	
16) SECR DE TRANSPORTES	RECURSOS TREVO SAÍDA DE MGA P/ PARANAVAI	26/04/95	10/05	
17) SECR DE SEGURANÇA PÚBLICA	APRESENTANDO DENÚNCIAS CONTRA O DELEGADO	05/04/95		

REQUERIMENTO N° 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Município da Lapa, pelo transcurso dos 226 anos de Emancipação Política, que se comemora nesta data.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Joacir Gonçalves, bem como à Câmara Municipal, através do seu Presidente, Vereador Osmar Teidel.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

A cidade da Lapa tem uma participação muito forte na história do Paraná. Passagem obrigatória dos tropeiros que vinham do sul do País, ali ocorreram episódios marcantes. No célebre Cerco da Lapa, em 1894, a heróica resistência das forças locais, sempre foi de orgulho para todos os paranaenses. A cidade conserva com carinho objetos e outras referências que servem como testemunho da história da cidade.

E, pois, de inteira justiça a homenagem que ora pleiteamos.

REQUERIMENTO N° 1663

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao projeto que tem como objetivo fazer com que os meninos de rua de Ponta Grossa entendam o trabalho dos policiais.

O projeto está fazendo com que meninos e meninas de rua aceitem os policiais como amigos, os militares tem demonstrado boa vontade, disponibilidade e estão ajudando de maneira incrível na orientação e segurança dos menores.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Supervisores do Programa, Evaristo Batista e Ana Kzesinski, bem como a todos que de uma forma ou de outra ajudam no desenvolvimento do projeto, na sede da Polícia Militar de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de aplausos à Doutora Astrid Maranhão de Carvalho, Diretora do Fórum de Pato Branco, pela decisão de conceder liminarmente o cancelamento da dívida contraída por

agricultor, cuja correção se deu através da TR, remetendo o valor devido para o saldo devedor.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que tal decisão atende os princípios básicos de justiça, e estabelece referência para um assunto de repercussão nacional, resgatando assim, o direito de agricultores para o pagamento das dívidas contraídas respeitando a proporção da correção do preço dos produtos agrícolas no período e eliminando a distorção dos altos valores gráficos estabelecidos pela TR, cujos produtos não acompanharam tais elevações.

REQUERIMENTO N° 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através de seu Departamento de Economia Rural, seja feito levantamento estadual das propriedades agrícolas, que se encontram atualmente à venda, observando o seu tamanho, exploração atual e preço médio por hectare.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o crescente êxodo rural apresentado nos últimos anos em nosso Estado, aliado a crítica situação financeira porque passa o produtor rural, e para que possamos avaliar a real situação, sugerindo medidas que venham a contribuir para que principalmente o pequeno produtor não venha a perder ou vender seu sítio, vindo a ser mais um desempregado na zona urbana, é que se faz necessárias as informações solicitadas.

REQUERIMENTO N° 1656

Senhor Presidente.

Atendidas as exigências legais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando ao mesmo que envide providências no intuito do restabelecimento da normalidade processual nos Autos n° 17.316, que tramitam na 4.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, no qual figuram como partes no polo ativo e no polo passivo, respectivamente, Clari Gussi e Indústrias João José Zattar Ltda, tendo em vista que o procurador da referida empresa, Dr. Marçal Justen Filho, está com carga dos sobreditos Autos desde o dia seis (06) de agosto de 1994.

A morosidade nessa prestação jurisdicional é inaceitável e está obstruindo a finalidade da Justiça, que, no caso em epígrafe, é fazer com que a Indústria João José Zattar pague os respectivos credores.

A Constituição Federal, em seu artigo 99, assegura ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira; em seu artigo 95 dispõe sobre as garantias de que gozam os juizes, quais sejam, a vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. Dessa forma, os magistrados têm amparo constitucional que lhes confere força e independência para exercer a judicatura com isenção. Contudo, essas garantias que cercam o Judiciário, nas palavras de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 1992, p.365) "produziram a falsa idéia de intangibilidade, inacessibilidade e infalibilidade do magistrado, não reconhecida aos demais agentes públicos gerando o efeito oposto de liberar o Estado de responsabilidade pelos danos injustos causados àqueles que procuram o Poder Judiciário precisamente para que seja feita justiça."

No caso em tela, a quem cabe o impulso oficial? Quando se indaga sobre a indispensabilidade do controle da atividade administrativa dos magistrados por um órgão diverso daquele incumbido de rever suas decisões judiciais, integrado por juizes, membros do Ministério Público e advogados, pretende-se coibir ocorrências como a relatada neste ato, contribuindo para que os juizes não se afastem do cumprimento das respectivas funções e dos locais onde as exercem, empenhando-se ao máximo, por respeito às partes e aos demais operadores do direito, na realização de todos os atos e audiências por ele designados.

Sempre que se fala em Poder Judiciário, seus membros alegam sobrecarga de serviço. Porém, essa desculpa normalmente é utilizada para mascarar omissões ou conivências.

O Poder Judiciário não é soberano, posto que este atributo é do Estado, motivo pelo qual deve obediência à lei, em especial à Constituição. O juiz é um funcionário público e como tal deve portar-se, cumprindo as obrigações em razão das quais foi investido nesse nobre cargo público.

A indústria beneficiada com a petrificação do processo não está pagando os trabalhadores que contrata na Cidade de Pinhão, sendo que esses empregados estão realizando as respectivas atividades somente em troca de alimentação, o que configura uma espécie de trabalho escravo, porque as famílias dos trabalhadores ficam em casa passando fome.

A Justiça, neste caso, está mantendo uma empresa falida e que usa de todos os meios para burlar a legislação e impõe so-

frimentos ímpares a uma cidade sitiada inclusive por uma milícia particular, que funciona com a conivência da Secretaria de Segurança Pública, atuando em conjunto com as Polícias Civil e Militar.

Por todo o exposto, espera-se que a Ação intentada pelos credores da mencionada empresa tenha o destino que a lei confere ao processo, ou seja, ser o feito impulsionado até a final prestação jurisdicional, obedecido sobretudo o princípio da celeridade.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, no sentido de viabilizar recursos financeiros para construção e instalação de um Posto Policial no Jardim Pioneiros de Paçandu, em convênio com a Prefeitura Municipal daquela cidade.

O Jardim Pioneiros de Paçandu abriga uma população estimada em mais de 10.000 habitantes, e tem problemas cruciais com a segurança, por falta de um posto policial no local.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz, bem como ao Senhor Chefe da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, Dr. Daniel Costa, solicitando estudo da viabilidade de implantar sistema de passe integrado no transporte coletivo entre Maringá e Paçandu, entre a Empresa Expresso Maringá, que faz itinerário de Maringá e Paçandu, e a Empresa Transporte Coletivo Cidade Canção.

Essa medida visa beneficiar todos os beneficiários do transporte coletivo, principalmente, trabalhadores e estudantes que atualmente precisam pagar duas passagens para chegar ao destino de seu trabalho ou escola, o mesmo acontecendo na volta para casa.

Basta dizer que Paçandu está se transformando em cidade-dormitório de Maringá, com a maioria da população se deslocando diariamente para Maringá, quer para trabalhar, quer para estudar.

O Sistema de Passe Integrado viria beneficiar, em muito, os moradores de Pai-

candu.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

REQUERIMENTO N° 1667

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, e ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Luiz Antonio de Camargo Fayet, solicitando a viabilidade de instalação de uma agência do BANESTADO em Iguatemi, Distrito de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Iguatemi, Distrito de Maringá, cravada às margens da BR-376, nas proximidades de Mandaguaçu, é uma cidade de pequeno porte, com uma população estimada em mais de 10.000 habitantes, embora não tenha sua independência administrativa.

Destaca-se economicamente, por possuir uma Usina de Alcool e Açúcar, a Usina "Santa Terezinha", que mantém emprego direto à maioria de seus habitantes, inclusive a moradores de Mandaguaçu.

Pela movimentação econômica do distrito, pelas necessidades de sua população, se faz mister a implantação de uma agência do BANESTADO em Iguatemi.

REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente à Dra. Fani Lerner, para que acione a Regional da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, em Paranavaí, para gestionar junto ao Poder Executivo local, a implantação do Projeto "Formando o Cidadão", nesse município.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os projetos da pasta de Fani Lerner, demonstram a preocupação constante com os menores do Estado do Paraná.

Foi uma sábia e feliz decisão, a elaboração do Projeto "Formando o Cidadão", fruto da vontade política e da dedicação de Fani Lerner - incansável defensora das causas sociais - desde quando ocupou pasta semelhante na municipalidade de Curitiba.

Em Paranavaí é notória a população de desocupados e menores entre 07 e 17 anos que pedem "esmolos" nas ruas da cidade.

Entidades governamentais uniram-se para realizar manifesto público nas principais ruas da cidade, por causa do nível

preocupante a que chegou o problema.

Tal fato foi registrado pela Imprensa Regional (Diário do Noroeste, 28/maio/1995) com destaque na primeira página.

Paranavaí tem todas as condições para receber tal projeto. Possui quartel da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros entre outros.

Por isso, recomenda a Vossa Excelência que acione a Regional em Paranavaí, para gestionar junto ao Executivo Municipal a implantação do Projeto "Formando o Cidadão" nesse município, como prioridade do Governo e da Secretaria.

REQUERIMENTO N° 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido de usuários do terminal de Ônibus de Almirante Tamandaré, os quais reclamam da sujeira e da quantidade de barro existente neste local.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas proximidades da Escola Estadual Jaime Canet, que fica localizada na Rua Ana Aparecida Canet, Bairro Xaxim. O pedido está sendo feito em nome da A.P.M. e do Conselho Escolar, que reclama da existência de uma gangue de desocupados que ficam nas proximidades do colégio, amedrontando e assaltando os alunos.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução dos serviços de construção de pavimentação asfáltica no Município de Rancho Alegre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, que requer a execução dos serviços de construção de pavimentação asfáltica, interligando a PR-472 no trecho compreendido no Bairro Rural Amaro Pedro do referido município até a PR-180, no local denominado Posto da árvore, no Distrito de IV Centenário, próximo ao Trevo de Nova Aurora.

Com a construção desta ligação asfáltica, num trecho de aproximadamente 25 quilômetros, será propiciada uma economia de tempo e de combustível, para os munícipes irem a Nova Aurora, Cascavel, Foz do Iguaçu, Paraguai e etc, sem ter que fazer uma enorme volta, passando por Goioerê, mas tomariam o citado acesso, saindo direto no Trevo de Nova Aurora.

Ressaltamos a importância da iminente emancipação do Distrito de IV Centenário, que destaca-se como eixo de uma região agrícola de alta produtividade, ligada a Cascavel e Foz do Iguaçu, sendo inadmissível que os munícipes de Rancho Alegre para irem a IV Centenário e vice-versa, tenham que primeiro ir a Goioerê para depois chegarem a estes lugares. Cremos que a construção da citada ligação asfáltica entre a PR-472 e PR-180, será considerável avanço na consolidação da emancipação de Rancho Alegre D'Oeste, legitimando a conquista e anseio de seus munícipes.

REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Doutor Sidney Luiz de Souza, funcionário da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, pela sua indicação e nomeação no cargo de Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, através da Portaria Ministerial n° 498/95, publicada no Diário Oficial da União do último dia cinco, dessejando-lhe uma feliz e profícua gestão a frente daquele importante órgão.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Sidney Luiz de Souza, é casado e pai de dois filhos. É natural do bairro do Ahú, nesta Capital, e é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, e especialista em Segurança do Trabalho. É funcionário do Ministério do Trabalho lotado na Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, desde o ano de 1975, e nestes vinte anos ocupou vários cargos de responsabilidade, onde atua na área de segurança do trabalho

e teve seu nome escolhido dentre outros cinco, de grande influência no Estado.

O Doutor Sidney Luiz de Souza, é filho do Senhor Avelino Souza, funcionário aposentado do Ministério do Trabalho em Curitiba e na Delegacia Regional do Trabalho, exerceu diversas funções, sendo o Chefe da Sessão Sindical por vários anos, e de Dona Anna Christina de Souza, funcionária aposentada deste Poder Legislativo.

A efetivação no cargo dar-se-á com a solenidade de posse a realizar-se no próximo dia 19 de junho de 1995, às 10:00 horas, na sede da DRT/PR, na Avenida Vicente Machado n° 362, (Gabinete do Delegado), nesta Capital. Mas a Portaria Ministerial n° 498/95, publicada no Diário Oficial da União do dia 05 do corrente mês confirmou a escolha pelo Ministro do Trabalho Doutor Paulo Paiva, pelo nome do Servidor Doutor Sidney Luiz de Souza, para o cargo.

Ele assume a DRT/PR, num momento em que o Governo Federal prioriza a consolidação de um programa de estabilização econômica e a democratização das relações de trabalho. Há ampla tendência do Ministério do Trabalho - MTB na adoção do Contrato Coletivo do Trabalho para reger as relações trabalhistas, e o Doutor Sidney Luiz de Souza substitui o Juiz do Trabalho aposentado, Doutor Alberto Manenti, que deixa o cargo depois de um ano a frente da DRT/PR.

Queremos estender as nossas congratulações aos seus pais que mesmo com sacrifício, souberam dar uma educação condigna ao seu filho, e hoje com orgulho estão vendo que este sacrifício não foi em vão, e que seus exemplos como servidores públicos estão sendo seguidos pelo filho, pois as promoções aos mais altos escalões, só se consegue com trabalho, honradez e dedicação, e a nossa satisfação é ainda maior por saber que ele é filho de uma funcionária, que dedicou grande parte de sua vida prestando serviços como servidora deste Poder Legislativo.

REQUERIMENTO N° 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, para que atenda a reivindicação dos moradores da Rua Generoso Marques, cujo abaixo assinado segue anexo. Os moradores reivindicam que sejam concluídas as obras de rede de esgoto e asfalto, respectivamente, iniciadas em fevereiro de 1993 e não concluídas até a presente data. Ocorre que essa rua recebe intenso tráfego de veículos pesados e, com a paralisação das obras, está quase que intransitável, colocando em risco a

vida dos moradores. Sabedores do alto espírito público e humano do Senhor Prefeito, temos a certeza que num curto espaço de tempo teremos mais esse problema solucionado. São duas obras de especial relevância e que sem dúvida beneficiarão toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Medianeira, como quase todos os Municípios do Paraná, apresenta alto índice de violência praticada contra a mulher. A mulher constitui-se numa força essencial e coadjuvante, participando de todos os segmentos da vida comunitária, sendo uma das parcelas matriz do progresso municipal.

No entanto, ela ainda sofre humilhações e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral provocada por preconceitos que renegam sua independência e sua participação igualitária à masculina na sociedade ativa.

Assim, mister é ampará-la com um órgão especial e indispensável como a Delegacia da Mulher, que, pelas suas funções institucionais, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação, em especial da masculina.

REQUERIMENTO N° 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação solicitando providências para a aquisição de ônibus escolar para o transporte de alunos da Comunidade de Rio Baio, no Município de São João do Triunfo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade em questão é formada por mais de duzentas (200) famílias, com aproximadamente seiscentos (600) estudantes e muitos necessitam se deslocar de grandes distâncias para frequentar as aulas. A operacionalização do transporte escolar

poderá ser feita em conjunto com a população, através do Conselho Comunitário lá existente.

REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando providências para a aquisição de uma ambulância para a Comunidade de Rio Baio, no Município de São João do Triunfo, neste Estado.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A comunidade em questão é formada por mais de duzentas (200) famílias, com aproximadamente seiscentas (600) crianças e jovens em idade escolar, e muitas vezes necessitam de transporte seguro e adequado para casos de emergência.

A operacionalização do transporte médico poderá ser feita em conjunto com a população, através do Conselho Comunitário lá existente e servirá também para as comunidades vizinhas.

REQUERIMENTO N° 1657

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Hitoshi Nakamura, MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando a implantação do Programa "Lixo que não é Lixo", no Município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A preocupação constante com o Meio Ambiente objetivando a melhoria da qualidade de vida, reconheceu a Cidade de Curitiba como "Cidade Ecológica", no mundo inteiro.

Curitiba é uma das três cidades do mundo melhores para se viver.

O trabalho que desenvolveu o dedicado estudioso do Meio Ambiente, Dr. Hitoshi Nakamura, junto a pasta da Municipalidade de Curitiba, foi coroado de pleno êxito e certamente o será na Secretaria Estadual do Paraná.

O Plano de Governo do PDT e do Movimento "Paraná Novos Caminhos" trouxe Programas que tratam do Meio Ambiente Paranaense.

O Paraná, orgulha-se de ter como Secretário de Estado do Meio Ambiente, um homem como Dr. Hitoshi Nakamura, profundo conhecedor das principais causas de degradação do ar, rios e florestas.

Em Paranaíba, a destinação do lixo ur-

bano, é um problema crescente.

Técnicos do IAP, afirmam que a destinação do lixo no Município, não está de acordo com as normas técnicas.

A preocupação com o lixo urbano, recebeu destaque na primeira página da Imprensa Regional (Diário do Noroeste, 06.06.95).

O lixo doméstico estaria sendo depositado em buracos da "erosão", conforme organizações do protesto público que foi matéria de reportagem jornalística.

Um abaixo assinado pedindo providências foi entregue à Promotoria do Meio Ambiente, contendo mais de 200 assinaturas.

Necessário se faz, em regime de urgência, a implantação do PROGRAMA LIXO QUE NÃO É LIXO, nesse Município.

Paranavaí necessita e tem condições de receber o PROGRAMA LIXO QUE NÃO É LIXO.

Por isso, solicita a Vossa Excelência a implantação do Programa Lixo que não é Lixo, como prioridade do Governo e da Secretaria.

REQUERIMENTO Nº 1660

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor Jaime Lerner, solicitando a instalação de um Centro de negócios do MERCOSUL, a ser construído no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu-Cataratas, aproveitando as instalações já existentes, para atender a grande quantidade de empresários que utilizam aquele local, e deslocam-se para a triplíce fronteira do Mercosul.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

O local é dotado de infraestrutura de telecomunicações, proporcionando ao empresário fazer negócios já no próprio local, transformando aquele aeroporto em centro de referência empresarial. O primeiro andar do aeroporto dispõe de área em quantidade suficiente para serem instalados os instrumentos necessários para auxiliar os negócios na área de abrangência do MERCOSUL e daquela fronteira.

REQUERIMENTO Nº 1661

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Governador Jaime Lerner, solicitando que o mesmo interfira junto ao Governo Federal, para que sejam concretizadas as obras de saneamento e esgoto dos riachos que atravessam a cidade de Ponta Grossa.

Existia antigamente, uma espécie de convênio entre o Ministério da Ação Social, CIBESA, CR Almeida e MORO de Ponta Grossa, que visaram o saneamento e a construção da rede de esgotos, dos correios e riachos que cortam o Município de Ponta Grossa. Foram denunciadas irregularidades e suspensos os trabalhos.

Desejamos que as obras sejam retomadas, se possível através da parceria acima citada, ou através do Governo Federal, Estadual e Municipal, para que a situação higiênica dos locais afetados seja melhorada.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Cândido Martins de Oliveira, solicitando que Ponta Grossa seja uma das primeiras cidades a ser beneficiada com novas viaturas policiais.

O quadro de viaturas do Município de Ponta Grossa, encontra-se com desfalque, devido ao fato que muitos carros encontram-se parados por não possuírem condições de trafegar.

Ponta Grossa, necessita no mínimo de 05 viaturas para poder começar contornar a situação da falta de veículos para o patrulhamento e atendimento de ocorrências.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento do trecho que liga o Município de São João do Triunfo à Vila São João do Município de Irati, passando pelas localidades de Assungui de Baixo, Assungui de Cima, Bituva das Campinas, Bituva dos Lopes e Bituva dos Machados, numa extensão de aproximadamente 70 Kms.

A presente solicitação tem como objetivo melhorar o acesso entre essas localidades, facilitando assim, o escoamento da safra agrícola.

Sala das Sessões, em 14.06.95

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um Posto de Saúde na localidade Barra do Rio Azul, no município de Rio Azul.

A presente solicitação visa estender o atendimento médico a toda população, principalmente àquelas que residem em locais distantes da sede do município.

Sala das Sessões em 14.06.95

(a) TOTI COLAÇO.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica criada a COMISSÃO PERMANENTE para cuidar dos Direitos Humanos.

Art. 2º - A referida Comissão será composta de Sete Membros, com sua constituição segundo os dispositivos do Artigo 31 do Regimento Interno desta Casa.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) SERGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os últimos acontecimentos relacionados à segurança, à prostituição infantil, ao tráfico de drogas, à violência contra a mulher, contra a criança, a exploração de menores de rua, e tantos outros fatos denunciados pela imprensa e outros, ainda não denunciados, tem gerado inquietação entre a população de nosso estado, preocupando governantes e legisladores, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal. O Artigo 5º da Constituição Federal, assegura que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ...". Por seu turno a Constituição do Estado do Paraná, no Título VII, Das Disposições Constitucionais Gerais, no Artigo 227, diz: "O Conselho Permanente dos Direitos Humanos terá a sua organização, composição e funcionamento regulados por lei, nele garantindo-se a participação de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, e de associações representativas da comunidade."

Isto tudo mostra a preocupação que as Cartas Magnas do Brasil e do Paraná, tem com os direitos humanos. Desta forma, nada mais justo em se considerar os últimos

acontecimentos, e formar-se uma Comissão Permanente nesta Casa, que terá como principal objetivo manter-se de atalaia em defesa dos Direitos Humanos neste Estado. Esta atitude serviria para consolidar o grande conceito de defesa dos interesses públicos que goza este Poder Legislativo, junto aos vários segmentos da nossa sociedade. A criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Prostituição Infantil, recentemente, deu mostras do espírito de vigilância da Assembleia Legislativa do Paraná, porém, a necessidade é que esta vigilância se consolide com a criação de uma Comissão Permanente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 217/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de lei o objetivo de declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - ANCA, fundada em 28 de janeiro de 1986, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede na Praça Zacarias, nº 36, 2º Andar, Sala 203, Curitiba.

Com organização, finalidade e funcionamento definidos em estatuto próprio registrado no Cartório, do 4º Ofício, na Cidade de São Paulo, a referida entidade desenvolve admirável trabalho, estimulando o espírito de solidariedade, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos agricultores, lutando para transformar a realidade local, bem como colaborando no que lhe é possível para a transformação da sociedade num todo.

PROJETO DE LEI Nº 218/95

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado que possuam pelo menos trinta por cento (30%) de seus empregados com idade superior a quarenta anos (40).

§ 1º - O incentivo fiscal de que trata esta lei consistirá na entrega de certificados expedidos pela Administração Pública, correspondentes ao valor do incentivo, na forma fixada em decreto do Po-

der Executivo, à pessoa jurídica que cumprir a exigência prescrita no "caput" deste artigo.

§ 2º - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento de impostos:

I - Sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, previsto no artigo 155, I, da Constituição Federal; e

II - sobre propriedade de veículos automotores, até o limite de quinze por cento (15%) do valor devido, a cada incidência, que poderá ser ampliado, de forma progressiva, segundo o número e a idade dos empregados, conforme o estabelecimento pelo Poder Executivo.

Art. 2º - Os certificados de que trata o artigo anterior terão prazo de validade de um (1) ano, a contar da data de sua expedição, e os respectivos valores corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis na correção do tributo.

Art. 3º - O Poder Executivo fixará, anualmente, o montante global a ser utilizado como incentivo, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento-Programa, assim como o limite máximo do incentivo a ser concedido, em cada exercício financeiro, por beneficiário.

Art. 4º - O acesso ao benefício de que trata esta lei depende de prévia inscrição junto à Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, que manterá cadastro das pessoas jurídicas inscritas cujas informações serão acompanhadas de documentos comprobatórios.

Art. 5º - O representante do Estado junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ -, proporá e defenderá a extensão do incentivo de que trata esta lei aos contribuintes do ICMS.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de quarenta e cinco (45) dias, contado da publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A presente matéria oferece incentivo fiscal às pessoas jurídicas que empregarem pessoas com mais de quarenta anos de idade, porque é fundamental para o desenvolvimento econômico e social deste país desmistificar a idéia de que essa idade é impedimento para a obtenção de emprego.

O Estado de São Paulo já possui legislação nesse sentido, por iniciativa do Deputado Campos Machado, sancionada pelo Governador Mário Covas.

Trata-se de um dos cruéis preconceitos

que permeiam as relações trabalhistas em nosso país. Essa discriminação que se pratica em todas as áreas de recrutamento profissional, contra os cidadãos que já atravessaram a estigmatizada marca dos quarenta anos, divide a todos em dois grupos, o dos que ainda não a atingiram e o dos que já ultrapassaram. Aos primeiros todas as oportunidades são oferecidas e aos segundos, invariavelmente profissionais da maior experiência, restam portas fechadas e a condenação ao amargo caminho que conduz ao limbo social.

O plano de lei que apresentamos visa aplicar o princípio da igualdade, insculpido no "caput" do artigo (5º) da Constituição Federal, porque "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...", livrando o Estado do Paraná dessa nefasta espécie de discriminação.

O Brasil, de acordo com os números do censo do IBGE está deixando de ser um país eminentemente jovem. Portanto, é preciso adequar o mercado de trabalho para essa evolução social, sobretudo em se relevando que o Estado investe (muito pouco, é verdade) em educação e quando os cidadãos estão atuantes no mercado de trabalho passam, por abrupta expulsão.

Em razão do exposto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa para o sucesso desta iniciativa, propiciando aos trabalhadores paranaenses essa oportunidade de igualdade.

PROJETO DE LEI Nº 219/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída a realização obrigatória de exame psicológico de avaliação pessoal para cidadãos autorizados ao porte de arma, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O exame psicológico a que se refere o "caput" do artigo anterior será administrado por psicólogos pertencentes ao Quadro Funcional da Estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 1º - Através de método próprio capaz de avaliar as condições psicológicas elaborado e aplicado pelos psicólogos, estes estarão avaliados a desaconselhar a concessão de registro de armas junto ao D.E.A.M. ao cidadão que não tenha passado no referido exame.

§ 2º - O exame psicológico de avaliação obrigatória passa a constituir requisito necessário, juntamente com os demais exigido pela legislação vigente, a concessão de registro de armas, e a reavaliação das licenças já concedidas.

§ 3º - estarão obrigados todos os ci-

dados, que já possuam a licença para o porte de armas, como aqueles candidatos ao porte de arma a fazerem o exame psicológico.

§ 4º - O exame psicológico será realizado quando o candidato ao porte requerer a licença ou quando o portador de arma for revalidar a mesma.

§ 5º - Não haverá dispensa de sujeição ao exame psicológico por nenhum motivo. E nem este poderá ser substituído pelo atestado de boa conduta.

Art. 3º - Aos portadores de arma que já possuam licença que não prestarem o exame psicológico de avaliação pessoal no prazo de 3 (três) meses após a implantação efetivada da realização do referido exame terão canceladas automaticamente as suas licenças e não poderão renová-las sem que se sujeitem ao exame.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo, através de seu órgão competente, regulamentar a elaboração, aplicação e efetiva implantação do exame obrigatório de avaliação psicológica pessoal no prazo de 180 dias após a publicação desta lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento notório que a violência vem crescendo em taxa assustadora em todo o mundo e o Brasil não é exceção. Apesar de ser dever estatal a segurança pública, infelizmente por razões que não nos cabe aqui dissertar, o Estado não tem conseguido abrandar as estatísticas de crescimento da mesma em nosso País.

Assim sendo, em contrapartida, o cidadão brasileiro tem procurado preencher a lacuna em branco deixada pelo Estado no tocante a suficiência de meios para reprimir essa onda de violência que se assola nas ruas, em sua casa, no trabalho, no lazer ou onde quer que vá ou esteja, com a aquisição de armas de fogo, desejando com isso, proteger-se e a sua família.

Infortunadamente em nosso Estado, a situação é a mesma. Nesse aspecto, o Paraná não consegue diferenciar-se do demais estados brasileiros.

Sabedor o próprio Estado da incapacidade de se fazer presente sempre e toda vez que o cidadão precise de sua proteção (através do poder de polícia), ele concede ao cidadão em determinados casos que porte arma de fogo para sua própria proteção. Tais casos são restritos e se encontram presentes em leis ordinárias.

Contudo, analisada a legislação à respeito da concessão do porte de armas, ne-

la não encontramos qualquer requisito comprovador da capacidade psicológica da pessoa que portar arma de fogo.

A certidão negativa de antecedentes criminais, assim como a certidão de boa conduta exigíveis na legislação não são suficientes para atestar que aquela pessoa que pretende ou já porta arma de fogo tenha capacidade psicológica para usá-la.

Como diz a sabedoria popular em seu ditoso provérbio: "As aparências enganam".

Na situação emergencial de hoje, não podemos confundir capacidade técnica com capacidade psicológica. O cidadão que sabe como manusear com perícia uma arma de fogo, pode estar despreparado psicologicamente para usá-la com raciocínio e com senso.

Essa situação pode estar tão bem camuflada, que apenas um psicólogo, através de cuidadoso exame, possa detectá-la.

Através de nossa propositura, desejamos evitar o desastroso caminho que pode levar o desprezo pela advertência popular, de que "as aparências enganam".

Pois aquele cidadão pacato sem antecedentes criminais e de boa conduta, pode se tornar um assassino em potencial com uma arma de fogo em suas mãos, se não levado em conta de ter ele capacidade psicológica ou não para portar tal arma.

Isto posto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres colegas desta Augusta Casa de Lei para aprovação e posterior sanção pelo Poder Executivo do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 220/95

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor SEVERINO FELIX PESSOA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

A concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná, uma das maiores honrarias que é concedido aos homens de bem que prestaram e que prestam serviços à comunidade Paranaense, é proposto a um dos grandes batalhadores em pró do norte pioneiro. SEVERINO FELIX PESSOA, nascido em Limoeiro, Estado de Pernambuco, aos 26 dias do mês de julho de 1929, filho de Joaquim Félix Pessoa e Clotilde Maria Pessoa.

Veio de Pernambuco, no nordeste brasileiro, para ajudar a desenvolver a região norte pioneiro.

Desenvolveu um trabalho incansável em

defesa da agricultura e pecuária, como agricultor e pecuarista que é.

Deu início à sua vida pública, elegeu-se Prefeito Municipal de Assaí, no período de 1982 a 1988.

Exerceu por 2 (dois) mandatos a presidência da Associação dos Municípios do Norte do Paraná (AMUNOP) 1986 - 1988. Foi membro do Conselho da Café do Paraná.

Pelo trabalho desenvolvido na região, elegeu-se Deputado Estadual pela legenda do PMDB com 16.623 votos.

Na Assembléia Legislativa, defendeu com galhardia a agropecuária e os trabalhadores rurais.

Participou da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, da qual foi presidente e teve participação como membro das Comissões de Segurança Pública, Redação e Terras.

O trabalho desenvolvido pelo cidadão e homem público Severino Félix Pessoa, é merecedor do reconhecimento de Cidadão Honorário do Paraná, Estado que ajudou construir.

PROJETO DE LEI Nº 221/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a instituir o Programa Educacional "Tirando de Letra", destinado à escolarização e à iniciação profissional de adultos.

Art. 2º - O programa mencionado no artigo 1º desta Lei terá como objetivos:

- a) Alfabetizar adultos;
- b) orientar adultos em atividades profissionais;
- c) estimular adultos na produção de bens de consumo, através de técnicas profissionais.

Art. 3º - O Governo do Estado do Paraná fornecerá, como estímulo aos educandos enquadrados de conformidade com a presente Lei, bolsas de estudos durante todo o período de aprendizagem, quer no período de alfabetização, quer no período de iniciação profissional.

Art. 4º - O Programa "Tirando de Letra" estender-se-á a todos os municípios do Estado do Paraná, através de convênios a serem estabelecidos entre o Governo Estadual e as Prefeituras Municipais.

Parágrafo Único - Poderá também o Governo do Estado do Paraná, estabelecer convênios com entidades de prestação de serviços, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com o Ser-

viço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, com o Serviço Social da Indústria - SESI, e com o Serviço Social do Comércio - SESC, objetivando dar melhores condições profissionalizantes aos adultos no período de iniciação profissional.

Art. 5º - Para implantação do presente programa, o Governo do Estado do Paraná, utilizar-se-á de recursos financeiros oriundos do excedente de arrecadação do Estado.

Art. 6º - O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Educação, em ação conjunta com as Secretarias de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, e do Emprego e Relações do Trabalho, baixará normas regulamentando o disposto na presente Lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 14.06.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

I - ASPECTOS JURIDICOS

A iniciativa da presente lei fundamenta-se no disposto no art. 65, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 125 e parágrafo Único do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Trata-se de lei meramente autorizatória ao Governo do Estado e os recursos financeiros necessários à sua implantação serão os oriundos do excedente de arrecadação do Estado verificado em relação ao Orçamento previsto para o ano da publicação desta lei.

II - ASPECTOS SOCIAIS

O melhor legado que se pode deixar para um povo é a instrução e a formação profissional, para que ele possa encarar os desafios da própria vida.

"Não lhe dê o peixe, ensine-o a pescar."

Esse provérbio muito se adapta aos propósitos da presente lei.

Pretende-se com ela atingir a camada mais pobre da população paranaense, os marginalizados pelas próprias condições em que viveram e vivem, os que não tiveram acesso à educação, à cultura, à formação profissional.

Abriu-lhes as portas do saber, do acesso às informações escritas, através da alfabetização, é dever de todos os que têm privilégio do saber.

O Estado, como salvaguarda dos direitos

de todos os cidadãos, tem obrigação de estabelecer condições, e de até criar estímulos, para que os menos favorecidos pela sorte tenham acesso aos bens da cultura e da formação profissional.

O Projeto de Lei em tela, que propõe a instituição do Programa Educacional "TIRANDO DE LETRA", tem por objetivo, não só alfabetizar adultos, mas dar-lhes até uma formação profissional para serem capazes de realizar trabalhos que exigem melhores conhecimentos técnicos.

O envolvimento de várias Secretarias de Estado e de entidades especializadas em formação profissional, como SENAI, SENAC, SESI, SESC, ensejarão, pela primeira vez no Paraná, um trabalho conjunto, no afã de resgatar a dignidade e a cidadania dos marginalizados da sociedade, quer no campo, quer na cidade.

E o que tinha a justificar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o assunto é rápido.

Primeiramente queria fazer um chamado aos membros do Bloco Municipalista para que nos interemos dos problemas que estão sendo tratados através da Associação dos Municípios do Paraná. Pretende a associação, inclusive com o nosso apoio, dia 23 de junho agora fazer um dia de protesto, fechando as Prefeituras, em razão de que a reforma administrativa, a reforma financeira a nível de Congresso Nacional não está sendo tratada pelo Governo Federal, nem pelo Congresso.

Proporia ao nosso eminente Presidente, quero encaminhar um requerimento solicitando que no dia 20, na terça-feira, dia 20, pudesse o Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Paraná, Prefeito de Assis Chateaubriand, participar da nossa sessão plenária, no Pequeno, ou no Grande Expediente. Ele pretende fazer uma exposição e retratar a todos nós o que está acontecendo concretamente com os nossos municípios do Estado do Paraná. Este requerimento vou encaminhar e espero que seja aprovado e atendido pelo nosso eminente Presidente.

Também gostaria de propor à Casa um estudo mais aprofundado no que diz respeito aos problemas no Município de Pinhão, das famílias, dos acampados, dos sem-terra e daqueles que possuem a terra. Recebi algumas incumbências de propor a este Plenário e depois posteriormente, através da Presidência desta Casa, ao próprio Governo do Estado, algumas propostas que acho de extrema importância para o Paraná.

Por exemplo, a empresa-indústria João

Zattar é possuidora de uma área de terra de mais de vinte e cinco mil alqueires, parte dela invadida pelos posseiros e pelos sem-terra daquela região. A empresa possui débitos com o Banco do Estado, possui débitos com a Receita Estadual, e outros débitos a mais, com o próprio extinto ex-BADEP. Ela pretende fazer um acordo quitando a dívida, entregando partes, dez ou quinze mil alqueires de terra, e para que o Estado juntamente com a União possam fazer um assentamento digno, e conforme é a proposta do próprio Governo Federal de fazer uma reforma agrária muito pacífica. E gostaria que o nosso Presidente, a Executiva desta Casa, pudesse, com muito carinho, dar uma atenção especial aos problemas que estão surgindo no Município de Pinhão, e que nas próximas semanas pudessemos talvez formarmos aqui uma comissão com a Bancada do PT, representando os trabalhos rurais; com outros Parlamentares que representam os pecuaristas; e outros segmentos do desenvolvimento econômico do nosso Estado; e nós pudessemos através da Assembléia, através desse Parlamento, intermediar este acordo, este acerto, que é muito importante para o Paraná.

Há dois, três anos atrás, presidimos uma comissão aonde foi possível fazer um acordo com a empresa ... de Campo Bonito, aonde ela cedeu parte de suas terras, o Governo entrou, também teve a sua participação, e lá foram assentadas muitas famílias que permanecem lá até hoje produzindo.

Aqui no Município de Pinhão é uma situação mais ampla, mas dado o interesse da empresa, que ela está passando inclusive por uma série de dificuldade financeira, haja vista que a indústria de lápis, a LABRA, já requereu, é concordatária hoje, e faz parte do grupo, é proprietária dessas terras, e a própria indústria de madeira, ela está numa situação quase que pré-falimentar. Mas como tem um patrimônio muito grande há o desejo de fazer um grande acordo, um acerto com o Governo do Estado, com o próprio Governo Federal através das TDAs, não somente três, quatro, cinco mil alqueires, mas se for o caso muito mais, desde que ela possa permanecer automaticamente trabalhar, produzir e não ir a uma falência, que a ninguém interessa, nem ao Estado, nem ao Paraná e muito menos a todos nós, porque é desemprego a menos, é uma indústria a menos no nosso Estado.

Então, quando feitas essas colocações nós possivelmente na semana que vem, com maiores dados, haveremos de tratar deste assunto aqui. E para finalizar lembrando mais uma vez que dia 23 de junho os municípios paranaenses estarão fechando as suas portas e nós, o Bloco Municipalista

está dando todo o apoio ao Presidente, à Executiva da Associação dos Municípios do Paraná.

Esperamos que não somente os membros do Bloco Municipalista, mas todos os Senhores Deputados apoiemos esta decisão, porque é uma forma de chamar a atenção da imprensa, chamar a atenção do Governo Federal, porque o que está acontecendo com os municípios principalmente, é um estado preocupante. Acarretam, na área de saúde, um deserviço, na área de transporte alunos, na educação e as obrigações cada vez vão aumentando mais para os municípios, entretanto, a arrecadação permanece a mesma, não há mudança nos critérios dos índices da repartição do bolo, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios. Desta vez, o meu requerimento é para poder o nosso Presidente autorizar que no dia 20, terça-feira, possa o Prefeito Luiz Amarel utilizar o Grande ou o Pequeno Expediente e aqui trazer os esclarecimentos necessários a esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, nem para o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

(A CPI da SANEPAR está reunida com a presença de 7 Senhores Deputados).

Sobre a mesa, Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

(Registro a presença do Sr. Romeu Bacelar que se encontra em visita a esta Casa por convite do Deputado Edgar Bueno).

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti que autoriza o Poder Executivo a obrigar as empresas produtoras de bebidas alcoólicas do Estado do Paraná, a inserir nas embalagens e materiais de promoção e divulgação de seus produtos, mensagens de alerta ao consumidor sobre os riscos provocados por estas à saúde. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. EMENDA DA COMISSÃO DE SAÚDE.

Aprovado, o Projeto, artigo por artigo.

Emenda de Edno Guimarães.
(Lê a emenda).

Aprovada.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini que denomina de Vila Rural Félix Feiwisch Lerner a Vila Rural implantada no Município de Toledo. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/95 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/95 que dá nova redação aos incisos I, II, VII e X, do Artigo 2º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela de nº 10.014, de 29 de junho de 1992. (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 42 de 02.05.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 142/95

Por entendermos ser necessário a presença de um representante do Poder Legislativo Estadual junto ao Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e sendo este Conselho suprapartidário, houvermos por bem alterarmos a redação do art. 1º, do Projeto em análise.

O projeto visa alterar a redação do art. 2º, da Lei nº 9.579/91.

Assim sendo, é nossa intenção alterar o art. 2º, desta mesma lei, nele criando um novo inciso - que seria o inciso XII, e modificar o inciso XI, passando de 10 (dez) para 11 (onze) o número de representantes de entidades da sociedade civil organizada.

Isto posto, votamos FAVORAVELMENTE ao

presente projeto na forma da Emenda Modificativa que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 142/95

Art. 1º - Fica alterada a redação dada ao art. 1º, do Projeto de Lei nº 142/95, que modifica os incisos do art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, criando-se o inciso XII, com a seguinte redação:

"XII - 01 (um) representante do Poder Legislativo Estadual."

Art. 2º - Fica incluído no art. 1º, do Projeto de Lei nº 142/95, o inciso XI, do art. 2º, da Lei nº 9.579/91, que fica alterado com a seguinte redação:

"XI - 11 (onze) representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas em funcionamento há pelo menos um ano."

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoio: Geraldo Cartário, Luiz Cláudio Romanelli, Walmor Trentini, Antônio Annibelli, Valdir Rossoni, Toti Colaço, Nelson Justus e 2 ilegíveis.

O SR. CAITO QUINTANA - Sr. Presidente, apenas para registrar porque o Deputado Colombo devia pedir, para discutir, mas o microfone desligado, V.Exa. não ouviu. Este Projeto nº 142, apenas para ressaltar, não sei se o Deputado pretende fazer uma declaração de voto, eu, particularmente me reservo para segunda Votação, avaliar com mais profundidade, por que está substituindo, no Conselho o representante das Universidades pelo Secretário da área. Acho que diminui a representação das Universidades, no Conselho, se realmente for esse o espírito. Porque o Secretário pode deixar de ser a qualquer instante e acho que a família universitária, por indicação sua, tem total direito de assento ao Conselho, para defesa dos interesses do 3º grau. Isso os está excluindo para colocar o Secretário.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só manifestando o nosso voto em contrário, até por uma questão de avaliar, num segundo momento, porque entendemos que de sobremaneira carrega o Poder Executivo sua representação junto ao Conselho da Criança e do Adolescente. No momento estamos aí com a CPI da prostituição infantil, num momento delicado, na política estadual, e entendemos que a repre-

sentação, conforme manda a Lei Federal, ela tem que ser paritária e não sei se com esta alteração este vínculo legal permanece. A manifestação do nosso voto contrário então.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1672, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1639, 1640 e 1644, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1637, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1641, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1642, de autoria do Sr. Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1649, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1655, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1651, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1652, de autoria do Sr. Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1653 e 1654, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1656, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Requerimento nº 1657, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1658, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Proceda-se o levantamento do**

requerido.

Requerimento n° 1660, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1661, 1662 e 1663, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1665, 1666 e 1667, de autoria do Sr. Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1668, 1669 e 1670, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 078 e 183/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 142/95.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 018, 054, 108, 124, 125 e 155/95.

Levanta-se a sessão.